

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.431 - RS (2019/0243742-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **JORGE LUIZ SILVA DE BARCELLOS**  
**ADVOGADOS** : **MÁRCIO MAZZOLA SILVA E OUTRO(S)** - RS057206  
JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI - RS057067  
CLARISSA DO NASCIMENTO RIBEIRO - RS088158  
**AGRAVADO** : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD** - RS062120  
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO E OUTRO(S) - RS064834  
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560  
CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854  
LAÍS STEIN SCHMITT - RS103434  
PAOLA GRAVÍ DE AVILA - RS105253

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto pelo JORGE LUIZ SILVA DE BARCELLOS, contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial interposto pelo agravante, com base no seguinte fundamento: incidência da Súmula 83/STJ (consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ).

Entretanto, a parte agravante, não demonstrou a inaplicabilidade do referido óbice, limitando-se a reproduzir as razões do recurso especial.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

